

VII

A IMPORTÂNCIA DAS TA COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL - Normaliza Cristina Moura da Silva³¹, Maria do Socorro Aguiar dos Santos³², Betânia Maria Moura da Silva dos Santos³³ e Ana Paula Ferreira de Carvalho³⁴

RESUMO:

Nos últimos tempos os avanços tecnológicos vêm provocando mudanças significativas, sendo que as pessoas com deficiência, essas mudanças se tornam ainda mais relevantes. Para essas pessoas, existem as chamadas Tecnologias Assistivas (TA) que vêm se tornando nos últimos tempos excelentes meios facilitadores no desempenho de tarefas cotidianas, permitindo ao deficiente ampliar suas atividades funcionais e consequentemente maiores autonomia e inclusão social. Nesse contexto, essas ferramentas auxiliam a integração dessas pessoas na escola, visando uma melhor aprendizagem. Este estudo mostra um trabalho de pesquisa voltado para inclusão escolar do aluno com deficiência, apresentando um breve relato sobre a história do deficiente no Brasil, a importância da inclusão com vista na construção da autonomia e traz uma discussão em torno das dificuldades das escolas municipais do ensino fundamental da sede, da cidade de Senhor do Bonfim – BA, em efetivar de fato a inclusão. Portanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica e de campo com ênfase no aspecto qualitativo. Os resultados apontaram que mesmo as escolas possuindo salas de recursos multifuncionais para alunos no horário oposto das aulas regulares, o portador de deficiência, ainda fica ocioso sem auxílio para realizar atividade, pois o professor possui limitação para trabalhar com o mesmo.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva. Pessoas com Deficiência. Educação. Inclusão.

ABSTRACT:

In recent times, technological advances have caused significant changes, and these changes have become even more relevant for people with disabilities. For these people, there are the so-called Assistive Technologies (AT), which have recently become excellent means of facilitating the performance of daily tasks, allowing the disabled to expand their functional activities and, consequently, greater autonomy and social inclusion. In this context, these tools help the integration of these people in the school aiming at a better learning. This study shows a research work aimed at the school inclusion of students with disabilities, presenting a brief report on the history of the disabled in Brazil, the importance of inclusion with a view to building autonomy and brings a discussion around the difficulties of municipal schools teaching of the headquarters, in the city of Senhor do Bonfim - Ba, in actually making the inclusion effective. Therefore, a bibliographic and field research was carried out with emphasis on the qualitative aspect. The results showed that even schools that have multifunctional resource rooms for students at the opposite time from regular classes, the disabled person is still idle without assistance to perform activities, as the teacher has limitations to work with them

Keywords: Assistive Technology. Disabled people. Education. Inclusion.

³¹ Doutora em Educação pela Universidad de la Integración de las Américas- Paraguai. Professora do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. E-mail: normillamoura@gmail.com.

³² Mestre em educação pela (USAL) Universidad del Salvador, Buenos Aires- Argentina. Professora do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. E-mail: sos.aguiar@hotmail.Com.

³³ Mestre em Educação pela Universidade da Madeira-Portugal. E-mail: betania.moura@hotmail.com

³⁴ Pós graduação: Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: anpcarvalho24@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social e, portanto a interatividade é um fator fundamental para o seu desenvolvimento. Nesse contexto cabe ressaltar a importância de trabalhar com as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência no âmbito da escola juntamente com os demais alunos em escolas de ensino regular. Esse trabalho é possível mediante determinação, planejamento e principalmente apoio tecnológico, tendo em vista uma educação com mais eficácia e uma aprendizagem pautada na realidade do educando. Nesse ponto, as Tecnologias Assistivas (TA) para os alunos deficientes, podem contribuir de forma significativa, pois permite um melhor desempenho nas atividades e dão a estes uma maior autonomia favorecendo a inclusão, além de promover autoestima e a interatividade com os demais alunos da escola.

Nesse contexto, independente do seu estado físico, sensorial, cognitivo ou emocional faz-se necessário a interação com os demais para que sejam mais felizes e integrante da sociedade. Para tanto, a escola precisa antes, estar preparada para receber esses alunos. Nesse sentido, a mesma deve ser um ambiente acolhedor e garantir o direito do ser humano, oferecendo suportes necessários para o seu desenvolvimento.

Assim, as TA surgem como elementos facilitadores da inclusão e abrem um leque de oportunidades para as pessoas com deficiência, principalmente no que se refere à Educação Especial. Contudo, muitas dessas ferramentas se esbarram no despreparo e na desinformação de uma parcela da sociedade, assim como a ausência de habilidade em torno desse tipo de tecnologia em sala de aula. O professor tem um papel importante nesse trabalho, pois ele é o agente que vai mediar o conhecimento dessas pessoas e, por conseguinte deve estar preparado. É relevante portanto, que o professor perceba a importância e as vantagens do trabalho com essas tecnologias e as incorporem na sua prática educativa.

O presente trabalho tem como objetivo conhecer as dificuldades apresentadas pelas escolas públicas municipais do Ensino Fundamental, da sede do município de Senhor do Bonfim-BA, em aplicar as Tecnologias Assistivas no ensino aprendizagem de alunos com deficiência, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e de campo, com ênfase no aspecto qualitativo. A adoção da pesquisa qualitativa se deu, por haver relações entre a realidade e o sujeito. Marconi e Lakatos (2011, p. 269) descrevem que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Nesse processo de pesquisa a interpretação de fenômenos é atribuído significados sem ser necessário a utilização do uso de técnicas e métodos estatísticos. Nesse sentido o ambiente natural é a nascente para o pesquisador fazer sua coleta de dados e análise de forma indutiva ao estudo.

Já a pesquisa com procedimentos bibliográficos segundo Gil (2010, p.29) é elaborada com base em materiais já publicados como livros, revistas, jornais, teses, dissertações assim como anais e eventos, discos, fitas magnéticas, CDs, bem como materiais disponibilizados na internet.

Dessa forma, utilizamos pesquisas fundamentadas nos autores, Morin (2004), Silva (1987) Radabaugh (1993), Franco (2005), Galvão Filho e Damasceno (2006), entre outros. Assim foi feito um breve apanhado histórico das pessoas com deficiência no Brasil, além de discutir a questão das Tecnologias Assistivas, como também a situação das escolas de Senhor do Bonfim. Nessa compreensão, as tecnologias destinadas às pessoas com algum tipo de deficiência são chamadas de Tecnologias Assistivas - TA. Esse tipo de tecnologia vai desde um simples garfo adaptado para o deficiente, até a mais sofisticada ferramenta que permita a mobilidade e desempenho de tarefas.

Segundo Radabaugh (1993), as tecnologias tornam as coisas mais fáceis para as pessoas que não possuem deficiência, já para aquelas que são portadoras de deficiência, as tecnologias tornam as coisas possíveis.

Nesse contexto, é importante que os deficientes tenham acesso a TA em todas as escolas, como suporte informacional e educativo para todas as deficiências registradas nela.

No transcorrer da história, havia o desprezo de muitas sociedades pelas pessoas que de certa forma fugiam dos padrões de normalidade ou simplesmente eram ignoradas e largadas a mercê da sua própria sorte.

Segundo Bauman (2001), em todas as sociedades sempre se produziu e procurou manter distante o “outro”, aquele que era diferente, o estrangeiro.

Esforços para manter à distância o “outro”, o diferente, o estranho e o estrangeiro, e a decisão de evitar a necessidade de comunicação, negociação e compromisso mútuo, não são a única resposta concebível à incerteza existencial enraizada na nova fragilidade ou fluidez dos laços sociais. (...) A atenção agudamente apreensiva às substâncias que entram no corpo pela boca e narinas, e aos estranhos que se esgueiram sub-repticiamente pelas vizinhanças do corpo, acomodam-se lado a lado no mesmo quadro cognitivo. Ambas ativam um desejo de “expeli-los do sistema”. (BAUMAN, idem, p. 126).

Com o tempo esse quadro vem sendo mudado. Surgem meios como a TA, e leis que permitem a inclusão dos deficientes na sociedade, no trabalho e nas escolas regulares. Determinados eventos da vida, a exemplo de doença, acidentes, a experiência da deficiência, a velhice sem recursos ou o desemprego, podem determinar casos extremos de vulnerabilidade, insegurança social e desigualdade. Entretanto, a sociedade deve se organizar para proteger socialmente as pessoas desses eventos ou das condições de possibilidade da emergência deles e suas consequências (CASTEL, 2005).

METODOLOGIA

O objeto de estudo dessa pesquisa, as TA, centrou-se na investigação dos processos educativos desenvolvidos nas escolas públicas do município de Senhor do

Bonfim, no ensino fundamental. O estudo realizado partiu do pressuposto da pesquisa qualitativa descritiva, na qual priorizou-se instrumentos como: entrevistas e observações. Das 22 escolas públicas municipais, 6 (seis) instituições foram escolhidas aleatoriamente para serem pesquisadas, sendo dois professores por escola perfazendo um total de 12 profissionais. Assim, a pesquisa foi realizada em 4 etapas distintas: na primeira foi realizada a pesquisa bibliográfica, na segunda etapa, foram feitas as visitas às escolas, observando as situações de aprendizagem e aparelhamento da mesma. No terceiro momento, foram realizadas as entrevistas com professores previamente agendados e na quarta etapa foi feita a análise e conclusão da pesquisa.

2 O DEFICIENTE E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil foi marcada no século XIX através da fundação do Instituto Benjamin Constant, um dos maiores centros de referência nas questões da deficiência visual no Brasil e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857.

Por volta de 1874 foi criado no estado da Bahia, o Hospital Juliano Moreira, onde é iniciada a assistência médica aos indivíduos com deficiência intelectual e em 1887 é fundada no Rio de Janeiro a Escola México que visava o atendimento de pessoas que possuíam deficiência física e intelectual.

A partir das décadas de 30 e 40, aconteceram várias mudanças na educação, entretanto a educação especial era deixada de lado. Este quadro só iria mudar a partir da década de 50, quando o Brasil tem uma rápida expansão das classes e escolas especiais públicas e privadas sem fins lucrativos. Tendo como destaque para a Sociedade Pestalozzi do Brasil (fundada em 1945) e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que mais tarde em 1962 já com 16 instituições criou a sua Federação (FENAPAES).

Em 1957 o governo criou campanhas voltadas à educação especial para atendimento ao público e nos meados dos anos 60, ele cria classes especiais dentro das escolas regulares públicas para as pessoas com deficiência mental leve. Nesta década é percebido o aumento do número de escolas de ensino especial no país.

No final da década de 70 são implantados os primeiros cursos de professores na área de educação especial em nível de terceiro grau e pós-graduação. Algum tempo depois, a Constituição Federal de 1988 estabelece o direito das pessoas com deficiência receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). Embora a Constituição assegure o direito de um atendimento educacional especial, mesmo assim ainda era mínimo o acesso dos deficientes nas escolas.

De acordo com o censo 2010 do IBGE, o Brasil possui aproximadamente 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, representando um total de 23,9% da população brasileira.

Embora o censo divulgue que 95% das crianças com deficiência em idades entre 6 e 14 anos estejam na escola, patamar bem próximo ao verificado entre as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas (97%), outros indicadores, como grau de instrução e posição no mercado de trabalho, revelam uma situação menos favorável dos brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

É preciso que haja políticas públicas eficazes de inclusão para que essas pessoas tenham de fato acesso a seus direitos enquanto pessoa humana. Assim é relevante que haja uma educação especializada de acordo com a deficiência de cada indivíduo. A educação especial é definida como: "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educar os portadores de necessidades especiais" (LDB Art. 58).

3 TECNOLOGIA ASSISTIVA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tecnologia Assistiva - TA é uma expressão nova, utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006).

Estas ferramentas proporcionam uma melhor interação com o ambiente e acima de tudo ajuda o indivíduo a alcançar mais liberdade e a exercer a cidadania. Para Bauman (2001), liberdade e cidadania estão estreitamente relacionadas. Só existe liberdade individual quando o indivíduo está inserido em uma sociedade autônoma, que possibilite o diálogo e a negociação, evitando que as incertezas quanto aos movimentos do outro aniquilem o sujeito.

A TA é um termo usado na língua portuguesa ao lado das expressões "Ajudas Técnicas" e "Tecnologia de Apoio".

Segundo a Legislação Brasileira, Lei nº 10.098 do artigo segundo diz que as Ajudas Técnicas: "são qualquer elemento que facilite a autonomia de pessoas ou possibilite o acesso ou uso do meio físico" (BRASIL, 2000).

Para Galvão Filho e Damasceno (2006) as Tecnologias Assistivas são classificadas conforme os objetivos funcionais a que se destinam e vão desde elementos mais simples como: uma bengala, uma luneta, um suporte informacional – livro em Braille, audiolivro, softwares até os mais sofisticados sistemas computadorizados utilizados com o objetivo de possibilitar uma maior independência e autonomia das pessoas com deficiências.

A TA quando aplicada na educação com objetivos e metodologias bem definidas, pode proporcionar um melhor resultado no ensino aprendizagem para as pessoas com deficiência, permitindo assim, a inclusão no processo educativo, promovendo a autoestima e o desenvolvimento de habilidades.

Para Morin (2004), uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser e não apenas a um de seus componentes.

As pessoas com limitações que utilizam as tecnologias para o desenvolvimento de suas habilidades têm maiores possibilidades de interação social, pois estes artefatos propiciam mais potencialidade e conexão com o meio. A esse respeito Valente (1991) afirma que "As crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir

que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem”(p.01).

Atualmente as possibilidades de inclusão estão melhores que no passado. Já existe no Brasil um programa que apoia os sistemas de ensino na implantação de **salas de recursos multifuncionais**³⁵, com materiais pedagógicos, mobiliário e equipamentos de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. O objetivo é atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP.

O uso da TA no ambiente escolar possibilita a inclusão e eleva a autoestima do aluno. Nesse contexto é preciso encontrar meios para a implantação de ferramentas tecnológicas que viabilizem o processo ensino/ aprendizagem para que abranja a todos e não apenas alguns. Uma escola deve estar pautada por princípios éticos em prol da dignidade humana. Desse modo, àquela que objetiva o conhecimento crítico, democrático e o acolhimento sem distinção de clientela e sem discriminação pode conseguir melhores resultados.

4 SENHOR DO BONFIM E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O município de Senhor do Bonfim está localizado no Norte baiano, na região do Piemonte Norte do Itapicuru, distante 376 km de Salvador. Está entre os mais populosos da Bahia, com cerca de aproximadamente 75 mil habitantes, e é também centro de confluência de uma região com mais de 360 mil habitantes.

Segundo a SEMEC-Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no ano de 2013, o município tinha no ensino fundamental 22 escolas na sede e 38 no campo. Dessas escolas, foram registrados 133 alunos deficientes na sede e 178 no campo, totalizando 331 alunos com diferentes deficiências: Visual, Auditiva, Surdez, Intelectual, Paralisia Cerebral, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Física, Múltipla. As salas de aulas não possuem nenhum tipo de TA. Esse tipo de tecnologia é encontrado apenas nas Salas de Recursos. Segundo o relato de alguns professores se houvesse na sala de aula TA, eles não saberiam como utilizar.

As 22 Unidades Escolares possuem Salas de Recursos, tendo um profissional especializado que atende ao aluno em horário oposto.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) vem realizando algumas ações como o acompanhamento das salas de recursos multifuncionais pelos coordenadores de área, oficinas pedagógicas; planejamentos psicopedagógicos; planejamento com a coordenação pedagógica; inclusão de intérprete de Línguas de Sinais em sala regular e palestras. Essas medidas são importantes, todavia não existe uma capacitação do professor, a exemplo de uma educação continuada para que estes estejam

³⁵ São espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE

de fato preparados para conduzir os trabalhos com propriedade e conhecimento teórico do tema em questão.

Muitos alunos deficientes que frequentam a sala de aula do ensino regular são negligenciados por puro despreparo do professor que não apresenta habilidade suficiente para o desenvolvimento do processo ensino/ aprendizagem na área. De fato, esses alunos têm somente a sala de recurso para desenvolver suas habilidades. Mas como fica esse aluno em sala de aula?

A angústia de muitos professores entrevistados pode ser observada na resposta em comum: perguntado ao professor sobre a prática pedagógica dele em sala de aula regular, o educador responde angustiado:

Não faço um trabalho especializado, na maioria das vezes ele fica num canto fazendo rabisco quando é possível, pois eu não sei como trabalhar com esse aluno e além do mais tenho os demais alunos que são muitos ou bem faço uma coisa ou faço outra. (Professor A)

A Lei Orgânica do Município de Senhor do Bonfim no seu Art. 176-B Capítulo III Sessão I Referente à Educação diz:

Compete ao Município, em conjunto com os poderes público federal e estadual, assegurar o ensino público gratuito e de qualidade, em todos os níveis, acessível a todos sem nenhum tipo de discriminação por motivos econômicos, ideológicos, culturais, sociais e religiosos e deficiência física, mental ou sensorial.

A Legislação Brasileira estabelece o direito a TA e preconiza uma ação propositiva. Segundo a LDB 4.024/61, deve haver “o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino”, enquanto que a LDB 9.394/96, coloca que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. Entretanto, para que haja de fato inclusão nesses serviços se faz necessário que os professores estejam preparados para esse fim, o que não acontece na grande maioria das escolas visitadas. As instituições que possuem tecnologias direcionadas a esse sentido não são utilizadas por professores, por não saberem manusear esse tipo de tecnologia que auxiliem o desenvolvimento dos alunos, a exemplo de computadores ou software destinados a esse grupo. A escola torna-se então um espaço sem possibilidade de proporcionar a aprendizagem para esses indivíduos. Assim, discutir o direito do deficiente em frequentar uma escola com todas as condições necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem em uma sociedade capitalista onde a exclusão já é inerente desse sistema, é necessariamente importante para desestimular a ideia excludente.

Para Giddens (1991), vivemos em uma sociedade capitalista “de natureza fortemente competitiva e expansionista”. Este sistema tem o consumismo e o individualismo como uma de suas ações mais expressivas.

Possivelmente, isso explica por que culturalmente, os deficientes foram desprezados ao longo do tempo. Na maioria das vezes, rejeitados e proibidos de conviverem com outras pessoas que não apresentam “deficiência”.

Nesse sentido é importante apontar que o processo histórico de produção de desigualdades e de dominação capitalista tem como elemento estruturante, as dimensões de opressão epistêmica, na medida em que o capitalismo neoliberal deve ser entendido não somente como teoria econômica, mas também como “discurso hegemônico de um modelo civilizatório” (LANDER, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Legislação Brasileira estabelece o direito a TA e preconiza uma ação propositiva da parte do governo para atender esta demanda, no entanto, é importante que essas ações sejam fiscalizadas e que os municípios priorizem também esse tipo de inclusão levando em consideração o profissional que lida com esse público alvo.

Os resultados desse estudo apontaram para a inabilidade dos professores das salas do ensino regular em desenvolver um ensino que promova de fato a inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência. Percebe-se também a necessidade da capacitação continuada do educador, a presença de um auxiliar na sala regular para ajudar o profissional nas tarefas com os alunos deficientes. A sala de recurso é um bom espaço de aprendizagem, contudo por si só, não supre todas as necessidades que estes alunos precisam, pois acontece em horário oposto e nesse espaço não tem a presença dos demais alunos que não apresentam deficiência e, por conseguinte a interação e a inclusão ficam comprometidas. A sala de recurso é ideal, mas é um complemento dos estudos na busca da aprendizagem com autonomia.

Diante do exposto percebe-se a necessidade de políticas públicas que promovam cursos de formação continuada com atendimento educacional especializado, visando capacitar e instrumentalizar os educadores para o desenvolvimento de ações que contemplem essa demanda, além de incluir um profissional capacitado para auxiliar o professor em sala de aula.

O embasamento teórico, aliado às práticas desenvolvidas na sala de aula, faz a diferença no final para o sucesso ou não do processo ensino aprendizagem. Assim é fundamental que o educador, receba uma formação adequada às necessidades desses alunos, para que haja um melhor ensino de qualidade com ênfase na inclusão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (2001).

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **Tecnologia Assistiva**. 2006. Disponível em: < <http://www.assistiva.com.br/> >. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes. (2005).

GALVÃO, T. A. F., & Damasceno, L. L. **As novas tecnologias e a tecnologia assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3, 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: MEC. (2002).

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed Unesp, 2ª ed. (1991).

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010, Pessoas com deficiência. <http://censo2010.ibge.gov.br/> acesso 13/04/2014.

LANDER, E. **Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico**. En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. p. 246. (2000).

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORIN, Edgar. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em <<http://www.ccclivecaption.com>>

SEMEC-**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, 2014.

SENHOR DO BONFIM. Lei Orgânica do Município de Senhor do Bonfim-Ba.(1999 5 de abril). Recuperado em 10 de fevereiro, 2015, de <http://www.camarasb.ba.gov.br/site/wp-content/uploads/2018/02/LeiOrganicaSrDoBonfim.pdf>

SILVA, O. M. da. A Epopeia Ignorada – a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje – São Paulo: CEDAS. (1987).

VALENTE, J. A. Liberando a mente: computadores na educação especial. Campinas, UNICAMP. (1991).